

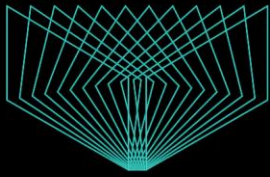
Ensino superior em Portugal: evolução, desafios e impacto no emprego e nos salários

O **ensino superior em Portugal** registou uma expansão assinalável nas últimas décadas, aproximando-se dos padrões europeus e afirmando-se como um **fator determinante de valorização no mercado de trabalho**. Os **diplomados do ensino superior apresentam níveis de remuneração significativamente superiores** aos de quem tem apenas o ensino secundário, diferença que se acentua ao longo da carreira. Já os **jovens que não prosseguem os estudos** imediatamente após o secundário **registam, nas vias profissionais, taxas de emprego mais elevadas do que nos cursos científico-humanísticos**, embora as remunerações sejam semelhantes. Apesar dos **elevados retornos económicos associados ao investimento no ensino superior, o acesso continua marcado por desigualdades sociais e por custos iniciais relevantes** que podem travar a progressão educativa de muitos jovens, num sistema cujo modelo de financiamento se encontra sob pressão.

Da autoria de Luís Catela Nunes (coordenador), Pedro Reis e Teresa Thomas, o *policy paper* «**Ensino Superior e emprego jovem em Portugal: tendências, resultados e comparações internacionais**», da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, analisa os ganhos económicos associados ao prosseguimento de estudos no ensino superior em Portugal, as transições do ensino secundário para o ensino superior e os seus efeitos no emprego e nos salários. O estudo compara ainda custos e benefícios a nível internacional, discute modelos de financiamento e apresenta recomendações de políticas públicas para reforçar a equidade no acesso e a sustentabilidade do sistema.

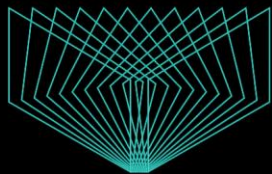
Seguem-se algumas das **principais conclusões** do estudo:

- **A percentagem de jovens adultos com ensino superior, em Portugal, quadruplicou nos últimos 25 anos, passando de 11% no final da década de 1990, para 43%, em 2024**, aproximando o país da média da União Europeia (44%). Os dados mais recentes mostram também que o **número de novos diplomados atingiu níveis recorde, em 2024**, com mais de 100 mil pessoas a concluírem um curso superior nesse ano. **As licenciaturas continuam a ser a qualificação mais comum (58%)**, sendo os mestrados a segunda maior parcela (33%).
- **Entre os alunos dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, 76% prosseguem para o ensino superior**, enquanto entre os **estudantes do ensino secundário profissional, essa**



transição ocorre para apenas 22%. O contexto familiar influencia fortemente a escolha do percurso, com **47% dos estudantes de famílias sem formação superior a optarem pelo ensino profissional**, por comparação com apenas 20% dos estudantes que têm pelo menos um dos pais com um diploma de ensino superior.

- **Quem conclui o mestrado alcança taxas de emprego de 88% no prazo de um a dois anos e de 93% ao fim de cinco anos**, em linha com a média da União Europeia. **A curto prazo, os licenciados registam uma taxa de emprego inferior (75%), mas ao fim de 5 anos, a taxa converge para o mesmo patamar.**
- **Os recém-diplomados do ensino secundário profissional têm uma taxa de emprego inicial mais alta do que a dos diplomados dos cursos científico-humanísticos (72% vs 56%).** No entanto, **ao fim de cinco anos, essa diferença é quase nula (88% vs 86%).** **A diferença de salário entre os dois tipos de diplomados do ensino secundário é residual (1%) mas, no longo prazo, o crescimento salarial de ambos fica muito abaixo do observado entre os trabalhadores com ensino superior.**
- Por comparação com os trabalhadores que concluíram apenas o ensino secundário, **os licenciados ganham, em média, mais 28% e os mestres mais 49%.** Estas vantagens são visíveis logo no início de carreira e ampliam-se com a experiência profissional.
- **Os cursos superiores nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) são os que proporcionam os salários médios mais elevados**, destacando-se os cursos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Matemática e Estatística e Engenharia. **Os cursos nas áreas da Saúde, Gestão e Administração e Direito também oferecem salários elevados para quem tem mestrado.** Já os mestres em áreas como Educação e Serviços Sociais ganham, em média, cerca de metade do salário dos mestres em TIC.
- Numa perspetiva financeira individual, **o investimento no ensino superior em Portugal gera retornos elevados, ao comparar os ganhos salariais ao longo da vida com os custos diretos** (propinas, taxas administrativas e materiais educativos) **e com os rendimentos de trabalho sacrificados por estudar em vez de entrar de imediato no mercado de trabalho**, após o ensino secundário. A relação benefício-custo é particularmente expressiva: **por cada euro que um estudante investe no ensino superior**, considerando custos diretos e rendimentos sacrificados, **obtem, em média, mais 13,7 euros em ganhos salariais ao longo da vida, um valor 68% superior à média da UE**, que é de 8,2 euros.



- Apesar de os custos em termos absolutos serem baixos, **os custos diretos em percentagem do PIB per capita são elevados em Portugal, por comparação com a maioria dos países europeus**, o que faz das despesas iniciais um obstáculo significativo à entrada de muitos estudantes no ensino superior.
- O modelo de financiamento português, que combina financiamento público com propinas, está sob pressão. As despesas de funcionamento destas instituições, em termos médios por estudante, estão 35% abaixo da média da UE. Do lado do financiamento, as famílias suportam 30% dessas despesas, face a 13% na UE.

Perante os desafios identificados, **o estudo propõe as seguintes recomendações:**

- **Adequação do financiamento público** aos benefícios individuais e sociais do ensino superior.
- Financiamento suficiente para que as **bolsas de estudo respondam às restrições de liquidez e aos custos iniciais dos estudantes de baixos rendimentos**.
- Garantia de que **eventuais revisões das propinas** estão alinhadas com o financiamento de um ensino de qualidade e são **acompanhadas de apoios financeiros dirigidos aos estudantes mais vulneráveis**, prevenindo riscos de exclusão.
- Avaliação da viabilidade de um **sistema de empréstimos indexados ao rendimento**.
- **Estratégias académicas mais flexíveis e prospetivas**, alinhadas com as necessidades futuras de qualificação, incluindo vias de acesso e programas concebidos à medida dos percursos educativos e profissionais dos diplomados do ensino profissional.
- A criação de um **sistema estatístico nacional que integre dados da educação e do mercado de trabalho**, permitindo monitorizar percursos, emprego e salários por curso, com informação transparente e acessível a estudantes e famílias e, em paralelo, a decisores políticos na definição e afetação de recursos públicos.
- **O reforço da orientação profissional baseada em dados** desde o início do percurso académico, incluindo mentoria e apoio ao longo da vida ativa.

O estudo estará disponível, na íntegra, no dia 14 de maio, na página da [FFMS](#).

Para esclarecimentos adicionais: Manuel Louro | 918 881 124 | manuel.louro@kreab.com